

Soraia Faria

Para: Executive Board
Assunto: RE: Participação Pública relativa à Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro

De: Executive Board <executiveboard@bluebioalliance.pt>
Enviada: 23 de abril de 2025 19:55
Para: Apreciacao Publica <apreciacaopublica@alra.pt>
Cc: Executive Board <executiveboard@bluebioalliance.pt>
Assunto: Participação Pública relativa à Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro

Sua Excelência, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável,
Senhor Flávio Soares,

No âmbito da consulta pública ao Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII (PS), que propõe a terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, relativo à estruturação do Parque Marinho dos Açores, a BLUEBIO ALLIANCE vem expor a sua posição: apelando à rejeição da mesma e à manutenção dos compromissos assumidos pelo Governo Regional dos Açores.

Em anexo, enviamos a formalização e fundamentação dessa posição, assinada pelo Presidente Conselho Executivo, João Manuel Cura Rito.

Permanecemos ao dispor para qualquer esclarecimento adicional.
Com os melhores cumprimentos,

O Conselho Executivo da BLUEBIO ALLIANCE

Fundamentação para a Oposição à Alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A

A BLUEBIO ALLIANCE é uma associação dedicada à promoção da sustentabilidade e inovação na economia azul, cuja missão é **impulsionar a colaboração** entre diferentes stakeholders, incluindo empresas, instituições de pesquisa e organizações governamentais, para desenvolver soluções que **protejam e valorizem os recursos marinhos. Priorizamos a conservação ambiental, a inovação tecnológica e o desenvolvimento sustentável**, atuando com dedicação para garantir um futuro próspero dos nossos oceanos, comunidades costeiras e do planeta como um todo.

Mantemos uma **relação de cooperação próxima e comprometida com os nossos parceiros nos Açores**, trabalhando juntos para promover a sustentabilidade e a conservação dos recursos marinhos. Um exemplo emblemático dessa colaboração é o Blue Biotech Roadshow realizado nos Açores, uma iniciativa promovida pela BLUEBIO ALLIANCE e Blue Azores, para divulgar e celebrar as startups e projetos de biotecnologia azul na região.

A BLUEBIO ALLIANCE **reafirma a sua firme convicção de que a proteção do Parque Marinho dos Açores é essencial** para preservar a biodiversidade que é vital para a saúde dos nossos ecossistemas marinhos e de todos nós. Neste contexto, **acompanhamos com grande preocupação** a abertura de uma consulta pública sobre uma matéria que consideramos crítica para o futuro do Parque Marinho dos Açores. Manifestamos, assim, a nossa posição é de **forte oposição à terceira alteração proposta ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A**, que visa modificar a estrutura desta área marinha protegida de valor ecológico e estratégico inestimável.

A alteração proposta **poderá comprometer os princípios de rigor científico, participação pública, compromisso internacional, gestão adaptativa, fiscalização efetiva e promoção do conhecimento da RAMPA** (Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores) ao modificar a estrutura de uma área marinha protegida que ainda está em fase inicial de implementação e avaliação. A RAMPA entrou em vigor apenas a 24 de dezembro de 2024 e foi criada para recuperar e conservar a biodiversidade marinha, sendo um instrumento fundamental para o desenvolvimento de

uma economia azul sustentável. Qualquer alteração à sua estrutura numa fase tão precoce **prejudicará a eficácia das medidas de conservação e gestão adaptativa** que ainda estão a ser estabelecidas. É **fundamental que a RAMPA tenha oportunidade de se desenvolver e ser devidamente avaliada ao longo do tempo** e que todas as alterações futuras sejam fundamentadas em dados robustos. Para sustentar esta posição, importa salientar que o **paradigma para estudos de ecossistema é que sejam realizados ao longo de 10 anos**. Mesmo os estudos considerados de “curta duração” nunca são inferiores a 1 ano (precisamente devido à necessidade de contemplar todas as estações do ano) e, ainda assim, estes são geralmente caracterizados como insuficientes para prever com fiabilidade as dinâmicas futuras dos ecossistemas.

A alteração proposta a este decreto legislativo regional representa, no nosso entendimento, uma **ameaça à biodiversidade marinha excepcional e o seu papel crucial na sustentabilidade da região dos Açores**. A alteração proposta **poderá levar à desclassificação de áreas marinhas protegidas com nível de proteção total, o que coloca também em risco o cumprimento da Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU**, que a RAMPA visa concretizar. Salientamos que, mesmo para o sector da pesca, as áreas marinhas totalmente protegidas são essenciais, promovendo o chamado efeito “spillover”, onde a recuperação das populações dentro destas zonas leva à sua dispersão para as áreas vizinhas, potenciando assim a pesca nas áreas adjacentes.

Argumentamos ainda que **na alteração proposta ao Artigo 17.º, o ponto 2 contraria diretamente o ponto 1**, ao afirmar que nas áreas ou zonas com nível de proteção total é permitida a pesca comercial com arte de salto e vara para atum, que é **incompatível com o respetivo nível de proteção total**. Isto representa uma inconsistência significativa dado que a extração de recursos não é compatível com a classificação de proteção total, segundo os critérios internacionais da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e do Guia das Áreas Marinhas Protegidas (MPA GUIDE).

A nível internacional, a RAMPA destaca-se como um **exemplo de boas práticas na conservação marinha**, servindo de referência para a conservação marinha a nível regional e global. Ela foi precisamente **concebida para garantir que os Açores contribuem para o cumprimento dos compromissos internacionais** assumidos por Portugal, protegendo 30% do mar dos Açores, com pelo menos **15% em áreas totalmente protegidas**. É de salientar que a sua definição foi fundamentada, não só em evidências científicas, mas também num processo participativo alargado, envolvendo

representantes de 17 setores ligados ao mar, organizações da sociedade civil, investigadores, operadores marítimos, associações de pesca e outros stakeholders. A transparência de todo o processo foi garantida com a realização de consultas públicas e sessões de esclarecimento em várias ilhas, promovendo a integração de diferentes perspetivas. Acreditamos que alterar a RAMPA sem permitir uma avaliação adequada dos resultados desse processo participativo **poderá comprometer a confiança dos atores e comprometer a transparência e inclusão que foram os pilares da sua criação.**

O reconhecimento da RAMPA transcende as fronteiras nacionais, tendo alcançado projeção e validação por parte de importantes entidades internacionais. Estas entidades valorizaram a criação da maior área marinha protegida da Europa e apontaram-na como modelo a seguir para garantir a Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030, caracterizando-a como inovadora no domínio da conservação marinha e entre elas estão incluídas a [Comissão Europeia](#), a [National Geographic](#) e o [World Economic Forum](#). **Face a esta afirmação da RAMPA como modelo de boas práticas a nível global, que mensagem seria transmitida se esta fosse alterada ainda antes de ser avaliado o seu impacto?**

Importa salientar que o diploma original garantiu que a pesca de salto e vara seja permitida em metade do parque marinho dos Açores, mais precisamente em metade das áreas marinhas protegidas, de proteção alta, e esta decisão foi avaliada por vários utilizadores durante o processo participativo que antecedeu a aprovação do diploma. **Recordamos ainda que o Governo Regional dos Açores se comprometeu com a reestruturação do setor da pesca e com o estabelecimento de mecanismos de transição**, incluindo compensações a pescadores por potenciais consequências decorrente da implementação da RAMPA.

Face ao exposto, a BLUEBIO ALLIANCE manifesta a sua **séria preocupação, e oposição, face à proposta de alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A**, por considerar que esta representa um **retrocesso na proteção da biodiversidade marinha dos Açores e um sinal contraditório face ao reconhecimento internacional da RAMPA como modelo de boas práticas**. **Apelamos à ponderação desta proposta, defendendo a necessidade de permitir que a RAMPA cumpra o seu ciclo de implementação e avaliação**, conforme preconizam os estudos científicos de ecossistemas, e que se mantenha o compromisso assumido com a comunidade internacional e com o futuro sustentável dos Açores, **preservando a**

integridade desta área marinha protegida de valor inestimável para as gerações presentes e futuras.

Assinado por: **João Manuel Cura Rito**
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2025.04.23 20:53:32 +0100



João Manuel Cura Rito
(Presidente Conselho Executivo, BLUEBIO
ALLIANCE)

Referências:

Batista M., Pais M. P., Henriques S., Coxey, M., Grilo, C., Sá, R., Barros, N. & Silva, G. (2022). Guia de Boas Práticas para a Gestão e Monitorização de Áreas Marinhas Protegidas. Ispa – Instituto Universitário. Projeto BioDivAMP, financiado por Fundo Azul – Monitorização e Proteção do Ambiente Marinho. 168 pp. ISBN: 978-989-8384-87-4

Cousens R. D. and M. R. T. Dale (2023) The evolution of ecology. In: Cousens R. D. (ed.) Effective ecology: seeking success in a hard science. CRC Press, Taylor & Francis, Milton Park, United Kingdom, pp. 13-32. Doi:10.1201/9781003314332-2

Costello, M.J. 2024. Evidence of economic benefits from marine protected areas. Sci. Mar. 88(1): e080. <https://doi.org/10.3989/scimar.05417.080>

Franklin, Jerry F. "Importance and justification of long-term studies in ecology." Long-term studies in ecology: Approaches and alternatives. New York, NY: Springer New York, 1989. 3-19.

Horta e Costa et al., Marine protected areas stage of establishment and level of protection are good predictors of their conservation outcomes, Cell Reports Sustainability (2025), Doi: 10.1016/j.crsus.2025.100345

Lynham, J., Villaseñor-Derbez; J.C., Evidence of spillover benefits from large-scale marine protected areas to purse seine fisheries. Science 386,1276 1281(2024). Doi: 10.1126/science.adn1146